

PRONUNCIAMENTO DE FH: *Presidente acena com projeto de sua autoria, quando era senador, para negociar com oposicionistas*

Imposto sobre fortunas é a isca para atrair oposição

CPMF deve aumentar de 0,2% para 0,3%, segundo o presidente da Câmara, Michel Temer, que esteve no Palácio do Planalto

João Domingos

• **BRASÍLIA.** O presidente Fernando Henrique Cardoso vai propor à oposição a aprovação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) em troca de apoio ao ajuste fiscal de emergência. O projeto do IGF é de autoria dele mesmo, quando ainda era senador. Em encontro com Fernando Henrique, o presidente da Câmara, Michel Temer, avançou na negociação iniciada ontem pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, que prevê que, junto com a criação do imposto, o Congresso aprove o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que deverá passar dos atuais 0,2% para mais de 0,3%.

— O presidente me disse que a CPMF vai aumentar. Não chegará acima de 0,5%, mas deverá passar dos 0,3%. Ele disse que o ajuste fiscal não vai punir assalariados e a produção. Então, nós concordamos com o aumento da CPMF — disse Temer.

Oposição ainda resiste a cortes que afetem as áreas sociais

Coube a Temer a missão de avisar às oposições que o Governo está disposto a aprovar a cobrança do imposto sobre as grandes fortunas. Trata-se de uma proposta sempre defendida pelos partidos de esquerda. Até agora, tinha servido mais de arma política para críticas ao fato de Fernando Henrique não fazer nada para aprovar o próprio projeto.

Antônio Carlos Magalhães disse que não vê nenhum problema em apoiar o imposto, se isso servir para atrair o PT para a mesa de negociações acerca do ajuste fiscal. Foi o senador que, na véspera, levantou a proposta do aumento da CPMF como alternativa à elevação de outros tributos que onerariam produção e salários.

Os cuidados com o PT e com outros partidos de oposição menores justificam-se porque, para o ajuste fiscal, serão necessários cortes em todas as áreas, do custeio aos investimentos, da saúde à educação, dos direitos sociais aos salários. A resistência desses partidos a essas medidas poderia



O PRESIDENTE DA CNI, Fernando Bezerra, entrega ao presidente da Câmara, Michel Temer, a cartilha da reforma tributária, com as posições da entidade

paralisar os trabalhos no Congresso, principalmente porque não existe a fidelidade partidária e os parlamentares ainda são os mesmos que por várias vezes derrotaram o Governo na votação da reforma administrativa. A união de oposicionistas com dissidentes, como Paes de Andrade (PMDB-CE), é um fato que não pode ser desconsiderado.

— Na medida em que o imposto sobre grandes fortunas represente possibilidade de negociação com o PT, eu aprovo a sua tramitação — disse Antônio Carlos Magalhães.

— Se o senador pretende utilizar o projeto do presidente da República como isca para a oposi-

ção, acho que ele está sendo desrespeitoso não com os partidos que, na sua legitimidade, discordam do Governo, mas com o próprio autor da proposta, o senador Fernando Henrique — reagiu o líder do PT, Marcelo Déda (SE).

Ele disse que seu partido e os outros de oposição vão dialogar com o Governo. Isso, porém, não significa certeza de aprovação de nenhum projeto, nem do que visa a cobrar o Imposto sobre Grandes Fortunas.

— Estamos dispostos ao diálogo, o que só pode ocorrer aqui no Congresso, que é lugar próprio para o debate. Se o presidente quiser mesmo o diálogo, terá de mandar ao Congresso projetos de

lei que esclareçam de uma vez por todas o que pretende. Se vier com medidas provisórias, teremos a certeza de que não quer o diálogo. Pretende, mais uma vez, baixar pacotes com decisões já tomadas, para que depois o Congresso abaixe a cabeça e as aprove — continuou o líder do PT.

CNI exige reforma tributária em troca de apoio ao ajuste

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) condiciona o apoio ao ajuste fiscal de emergência à aprovação, também urgente, da reforma tributária. O presidente da CNI, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), disse ontem a Antônio Carlos Magalhães e a Mi-

chel Temer que os empresários exigem a reforma tributária ainda este ano. Se for preciso, os empresários, segundo Bezerra, darão apoio até para que sejam desconsiderados prazos fixados pelo regimento interno das duas Casas para a tramitação de emendas.

Bezerra afirmou que, a princípio, os empresários são contra o aumento do imposto — como o que se estuda para a CPMF — e a introdução da taxa sobre as grandes fortunas. As duas medidas estão previstas no projeto de ajuste fiscal. Mas, por conta da crise, a CNI não se negaria, segundo ele, a discutir o assunto e, não havendo outro jeito, até a apoiar as mudanças. ■

Roberto Stuckert Filho